

EDUCAÇÃO EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19

Leila Gracielle de Castro Paes¹ - Mestranda - UNEB - Campus VI

Prof^a Dr^a Eliana Marcia dos Santos Carvalho² - Orientadora - UNEB - Campus VI

Resumo: Este ensaio apresenta algumas análises acerca do Ensino Remoto Emergencial e a formação dos professores diante dessa situação atual na educação. Para referenciar usamos autores como Alves (2020; 2016), Barberia, Cantarelli e Schmalz, entre outros, que abordam sobre o novo modelo de ensino e suas tecnologias. Demo (2009), Saviani (2009) para contextualizar a formação dos professores. Carvalho e Araújo (2020), Santos (2020) para tratar sobre a formação desses professores nesse contexto atual em que estamos vivenciando. Este trabalho justifica-se pela necessidade de entender os pontos positivos e negativos frente ao ensino remoto emergencial em decorrência da COVID-19 no Brasil. Pois sabemos que, neste momento, não há uma equalização escolar e a mesma só é possível acontecer, se para a educação dessas crianças tiver como principal objetivo potencializar as habilidades que ajudem os estudantes a se sobressairem na vida adulta. Este ensaio está dividido em três partes: a primeira aborda sobre os problemas enfrentados na educação com o ensino remoto emergencial; a segunda fala sobre o contexto histórico da formação no Brasil; e a terceira trata da formação dos docentes para o ensino remoto emergencial. Para finalizar será feita uma consideração a respeito desse contexto atual na educação relacionado com a pandemia do COVID-19.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial, Formação de professores, Novas tecnologias.

Introdução

O ano de 2020 ficará marcado para todos nós, principalmente no âmbito educacional, pois, fomos de certa forma, obrigados a nos adaptar com o dito “novo normal” na educação. Saímos da sala de aula presencial e adentramos aos meios tecnológicos, tendo que nos reinventar para continuarmos com o nosso trabalho como docentes.

Os professores exercem um papel essencial na construção da educação como um todo. Todas essas contribuições são fundamentais para a movimentação nas escolas em conformidade com os problemas e demandas sociais, sempre adequando as necessidades ao contexto que estamos vivendo.

¹ Discente do curso de pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS - Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - DCH – Campus VI - Caetitê – BA. (e-mail: leilacastroaes@gmail.com)

² Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - DCH - PPGELS - Campus VI - Caetitê - BA. (e-mail: ecarvalho@uneb.br)

O ensino remoto emergencial foi uma forma que o Ministério da Educação - MEC encontrou para que a educação não ficasse mais prejudicada do que já estava. Esta modalidade de ensino foi deliberada com a publicação no Diário Oficial da União, na portaria Nº 544, de 16 de Junho de 2020 e em seu Artigo 1º resolve:

Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020).

Com essa autorização, não só as instituições de ensino superior, mas também as redes de ensino regular passaram a aderir às ferramentas tecnológicas para dar continuidade aos seus trabalhos. Vale salientar que anterior a essa portaria, o Ministério da Educação havia homologado parcialmente um parecer no “Cf. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 1º/6/2020, Seção 1, Pág. 32. Ver Parecer CNE/CP nº 9/2020”, em que revogou o trecho que dizia sobre avaliações e exames, autorizando que as atividades remotas passem a valer como carga horária.

Após esses documentos expedidos pelo MEC, as redes escolares buscaram se readaptar a essa modalidade de ensino. Alguns recursos tecnológicos (plataformas on line) foram sendo usados pelas escolas, como por exemplo: *Google Meet*, *Zoom*, *Classroom*, *Teams* e até mesmo o aplicativo *WhatsApp* a fim de atender as necessidades educacionais no momento em que professores e alunos tiveram sua presença suspensa em sala de aula pelas autoridades sanitárias.

As redes privadas não tiveram tanta dificuldade para se adaptar, visto que, a classe estudantil dessas escolas, em sua grande maioria, tem acesso aos recursos tecnológicos e a internet com uma maior facilidade. Já nas redes públicas (estadual e municipal), principalmente aquelas que atendem alunos de baixa renda, tiveram e ainda têm problemas para atender 100% dos seus estudantes. Isso fica claro quando Alves (2020, p. 355), de modo específico, coloca que, a proposta de Educação remota para rede pública na Bahia, pode se constituir em um grande equívoco, pois os estudantes, na sua maioria, são oriundos de classes sociais mais baixas, sem acesso a tecnologias digitais e vivem em casas que têm pequenos espaços, onde muitas vezes não têm lugar para estudar.

O ensino remoto não é o ideal para uma educação igualitária, visto que não contempla

a grande maioria dos alunos, mas sabemos que é o único possível no momento atual em que estamos vivendo em meio à pandemia do COVID-19. É perceptível também, que essa modalidade de ensino emergencial tenha como ponto positivo a interação entre professores e alunos sem a exposição presencial. Mas, em contrapartida, o interesse dos estudantes torna-se bem menor, quando se compara ao ensino presencial.

Assim, este ensaio justifica-se pela necessidade de entender os pontos positivos e negativos frente ao ensino remoto emergencial em decorrência do COVID-19 no Brasil. Sabemos que neste momento, não há uma equalização escolar e que a mesma só é possível acontecer se for traçado como principal objetivo educacional potencializar nos alunos as suas habilidades que os ajudem a se sobressair na vida adulta.

Apresentaremos a partir de agora, as sessões que abordarão sobre o ensino remoto emergencial e seus contratempos frente à educação, em especial a mudança na rotina no trabalho dos docentes.

Problemas enfrentados na educação com o ensino remoto emergencial

Compreendemos que no século passado havia diversas discussões sobre o acesso escolar, no qual, nem todos tinham esse direito garantido. Hoje, isso não acontece mais, pois todos têm o direito à educação garantido por lei, mas sabemos que só isso não é o suficiente para que não se tenha diminuída a desigualdade social.

Com o ensino remoto, essa desigualdade ficou mais evidente pois, o acesso às escolas está sendo feito por recursos que nem todos os alunos dispõem para a sua aprendizagem, e como decorrência desta carência de acesso à tecnologia, estamos presenciando uma evasão escolar muito grande.

Segundo os pesquisadores Barberia, Cantarelli e Schmalz (2021, p.2) em relação à implementação do ensino remoto

[...] foram propostos por 26 das 27 unidades federativas e por 21 das 26 capitais. A velocidade e qualidade dos programas variou consideravelmente entre as regiões. Enquanto alguns governos adotaram planos de maneira conjunta ao fechamento das escolas, outros levaram meses para apresentar algum programa. Além disso, em algumas regiões os alunos não receberam qualquer tipo de plano de ensino remoto por parte do poder público. Em segundo lugar, mostramos que os programas apresentados foram mal desenhados. A maioria dos programas foi introduzida com pouca ou nenhuma preocupação com o acesso às aulas e com a supervisão dos alunos. Por exemplo, a maioria dos planos falhou em

oferecer estratégias de interação com professores, supervisão e estímulo à presença. Este é um elemento crucial para políticas de ensino remoto, por permitir interações que considerem as necessidades e dificuldades específicas de cada aluno, sobretudo em um contexto de elevadas taxas de abandono escolar.

O uso dessas tecnologias na educação, em especial na educação básica, sempre foi algo discutido e desafiador, pois a realidade escolar passa por diversas dificuldades. Como exemplo citamos: a falta de elementos que envolvam a parte cultural dos alunos, recursos tecnológicos para serem utilizados pelos estudantes e até mesmo por uma grande parte dos professores, entre outros aspectos. Deparamo-nos também, com uma infraestrutura escolar que não possibilita a realização de atividades que envolvam as plataformas digitais, pois não se é fornecido o acesso à internet de forma satisfatória para esta finalidade. Outro grande desafio é a falta de formação para os docentes, orientando-os a usar esses meios tecnológicos (ALVES, 2016).

Muitos professores foram pegos de surpresa com essa nova forma de ensinar e com isso, foram obrigados a trabalhar, a se adaptar, a esse ambiente virtual da sala de aula. Em sua grande maioria não houve uma formação continuada adequada, que tivesse como foco o ensino remoto por parte da Secretaria de Educação, para ajudar esses docentes com o uso desses recursos, nos planejamentos das suas aulas, na tentativa de manter os alunos estimulados com este modelo de atividade.

Os estudantes e suas famílias também foram bastante afetados, assim como os professores, pois agora para que o processo ensino-aprendizagem aconteça é necessário que eles sejam mais autônomos na busca do conhecimento e na execução das atividades que passaram a serem recebidas em casa.

Para o educador, ainda analisando todas essas dificuldades, a sua atuação até o presente momento passa por grandes inseguranças, mas sempre buscando aprender com esses contratemplos, muitas vezes não se deixa abalar, vai à luta para assegurar que todos os educandos tenham o seu direito à aprendizagem, mesmo que ainda pareça que eles não tenham conseguido concretizar seus objetivos, com as mediações das tecnologias digitais.

Para isso é necessário o conhecimento do novo modelo de método de ensino e de aprendizagem que precisa estar associada às metodologias dos professores e, as metodologias ativas, pois elas contribuem com novas ideias para que os docentes, por meio da sua prática, e do uso desses método possam fazer com que os seus educandos apresentem uma postura crítica diante dessa nova fase da educação.

A aceitação do ensino remoto, mesmo que na eventualidade emergencial, inclui muitos fatores que são discussões de muito tempo, como exemplifica as pesquisadoras Leite, Lima e Carvalho (2020, p.3): “a inclusão digital e a formação dos professores para o uso das tecnologias digitais, o letramento digital, a apropriação tecnológica, a aquisição de hardware e softwares, o acesso ao uso de tecnologias e até mesmo a qualidade e o custo da conexão.” Estas são temáticas já pesquisadas, mas com este novo cenário, ganharam ainda mais ênfase.

O uso desses recursos mediados pelos professores, após uma formação adequada, podem contribuir tanto na aprendizagem virtual dos estudantes, como também, após esse período pandêmico, podem transformar a escola em um espaço mais dinâmico, ajudando os alunos a desenvolverem pesquisas com o intuito de buscar por novos aprendizados.

Contexto histórico da formação docente no Brasil

É importante rever alguns caminhos que a educação no Brasil e mais especificamente, a área de formação docente tem trilhado, visto que as mudanças relacionadas ao sistema nacional de ensino, têm oscilado muito durante décadas. Um de nossos grandes especialistas nesta discussão, Demo (2009) diz que o papel principal dos professores formadores é zelar pela aprendizagem de seus professores em formação, com bastante dedicação e perseverança, sempre buscando desenvolver a criatividade e a autonomia deles, com a finalidade de incentivá-los a elaborar pesquisas que os ajudem a entender o processo de sua formação.

No Brasil, as mudanças na área de formação docente ocorreram entre os anos de 1827 a 2006, quando surgiram questionamentos acerca da formação dos professores, embora, todas essas questões só passaram a ser pensadas ao longo dos dois últimos séculos, como afirma Saviani (2009, p. 143-144), no esquema cronológico abaixo:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932- 1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.

4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).
5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006).

O primeiro período, *Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890)* ocorreu durante todo o período colonial, iniciando com os colégios jesuítas, dando sequência às aulas régias, que foram fundadas pelas reformas pombalinas.

O segundo período de *Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932)*, aconteceu durante a reforma paulista da Escola Normal. Já o terceiro período, *Organização dos Institutos de Educação (1932- 1939)*, obteve como destaque as reformas de Anísio Teixeira, localizadas no Distrito Federal, no ano de 1932 e de Fernando de Azevedo na cidade de São Paulo, em 1933 (SAVIANI, 2009).

O quarto período intitulado *Organização e implantação dos cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação no padrão das Escolas Normais (1939-1971)*, teve como principal marco, a elevação dos Institutos de Educação do Distrito Federal e de São Paulo ao nível universitário, colocando-os como pilares dos estudos superiores em educação.

O quinto período, *Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996)*, foi qualificado pelas reivindicações para os ajustes no campo curricular, surgindo no ano de 1964, durante o golpe militar, consolidadas por meio de alterações na legislação do ensino. (SAVIANI, 2009).

No sexto e último período, *Advento dos Institutos de Educação e das Escolas Normais Superiores (1996-2006)*, surgido após o regime militar, os educadores no Brasil se organizaram e mantiveram grandes expectativas se a solução dos problemas relacionados com o preparo dos professores em formação se daria com a nova LDB (9.394/96) (SAVIANI, 2009).

A nova LDB decretada em 20 de dezembro de 1996, não alcançou o nível de satisfação almejado e para Saviani (2009; 2019) ao introduzir de forma optativa os cursos de graduação em pedagogia e licenciatura nos institutos níveis superiores em educação, e também, nas escolas com formação Normais Superiores, a LDB mostrou a existência de uma política educacional disposta a realizar um nivelamento por baixo: as instituições de níveis superiores em educação aparecem como uma instituição de segunda categoria, fornecendo uma formação de maneira mais rápida, com valores mais em conta, podendo concluir seus

cursos em curta duração. Portanto, essas particularidades não passam despercebidas às novas diretrizes curriculares para o curso de pedagogia que foram homologadas em abril de 2006.

Ainda segundo Saviani (2009) as mudanças ocorridas em todo processo da formação de professores, no período dos dois últimos séculos até então, se mostram num quadro ainda de irregularidade, havendo, portanto, a necessidade da discussão a respeito deste tema.

O exercício do magistério é tido como uma tarefa complicada e desafiadora para os docentes que precisam estar em permanente processo de atualização e aprendizagem. Em plena era tecnológica, percebemos as várias mudanças que ocorrem dentro da tarefa de lecionar, daí a necessidade de um olhar mais diferenciado nos cursos de formação de professores.

Neste sentido, os cursos de formação de professores têm proposto, cada vez mais em seus programas, uma prática da pesquisa e reflexão, vivenciados desde a entrada do aluno-professor em formação, com os programas do PIBID, Estágios Supervisionados e, mais recentemente, com os programas de Residência Pedagógica regulamentados pela Capes no ano de 2018 e implantado nas universidades públicas.

Como já nos referimos, os alunos dos Cursos de Licenciatura estão em contato com as questões relacionadas à sala de aula muito antes de ingressarem nesse ambiente e, até mesmo, antes das vivências de estágio supervisionado.

No entanto podemos observar que hoje, essa formação inicial carece de um aprofundamento voltado ao uso das tecnologias nas suas aulas, pois, através desta formação seria possível aos docentes nos dias atuais uma maior tranquilidade com relação às mudanças do ensino presencial, para as aulas remotas emergenciais.

A formação dos docentes para o ensino remoto emergencial

Hoje em dia, essa discussão sobre a formação docente, acontece em torno da formação continuada dos professores, porque ela é de extrema importância para o desenvolvimento profissional, ainda mais frente à mudança repentina de cenário da educação causada pela pandemia do COVID-19. Assim, essas capacitações tornaram-se mais essenciais ainda para esses profissionais da educação.

As instituições de ensino, públicas e privadas, foram obrigadas a adotar de forma rápida, diversas estratégias de ensino à distância, aulas *on-line* e também a utilizar de muitos recursos tecnológicos que nem sempre faziam parte da rotina desses professores e alunos.

Os pesquisadores Carvalho e Araújo (2020, p.4) defendem e argumentam que “os saberes docentes são provisórios e que a formação docente, seja ela inicial ou continuada, precisa se articular em torno de uma formação e uma noção de docência para o inesperado”. Muitos docentes, pegos de surpresa, passaram a se familiarizar, somente neste período, com as plataformas digitais *on-line*, tendo que direcionar os seus planos de aula que eram especificamente para as aulas presenciais para os ambientes virtuais, levando sempre em consideração o ponto de vista do ensino remoto emergencial.

Para a pesquisadora Santos (2020, p.3) é de grande relevância o pensar na educação, “frente ao cenário exposto, que os desafios têm sido diversos, visto que, após um primeiro período de grandes adaptações, percebemos, ainda mais, a necessidade de revermos a formação docente, inicial e continuada, e as práticas de ensinar e estudar na cultura digital”.

Nesse momento do ensino remoto emergencial não houve uma formação específica para os professores e para Lima (2019, p. 53) “a formação inicial e continuada dos professores e sua performance docente são um dos elementos fundamentais na efetivação da qualificação na educação.” Para um melhor desenvolvimento dos docentes frente a toda essa situação atual, é conveniente e necessária a promoção de curso formativo para esses professores.

Segundo Pretto, Bonilla e Sena (2020, *apud* SANTOS 2020, p.8) é importante “pensarmos a formação docente e discente para o uso das tecnologias digitais em paralelo ao desenvolvimento das políticas de acesso”. Os profissionais da educação necessitam ser instrumentalizados por parte da Secretaria de Educação para conseguirem melhorar as suas metodologias de trabalho com o uso dos recursos tecnológicos, visto que, a sua autonomia neste ensino emergencial ficou bastante evidente. Porém, é necessário reforçar que os docentes não conseguem fazer a educação sozinhos e as políticas públicas precisam investir nesses profissionais para que seus métodos pedagógicos e tecnológicos sejam desenvolvidos com mais excelência durante esse período e após ele.

A Revista Educação, em seu formato online, publicou em Outubro de 2020, o artigo *Formação de professores é assunto sério antes, durante e pós-pandemia*, no qual aborda a questão sobre a adaptação desses docentes, e diz:

A área da educação foi uma das mais afetadas nesse contexto, e para os professores, o peso disso parece ter sido ainda maior: as expectativas depositadas sobre eles foram enormes, pois esperava-se que eles resolvessem todas as questões educacionais, ajudando alunos a continuar aprendendo como antes, mas em um contexto totalmente diferente – e sem

terem tido, na maioria dos casos, a oportunidade de receber formação adequada prévia para iniciar as aulas remotamente.

Os cômodos de nossas casas foram transformados em salas de aulas em um piscar de olhos. Adaptações de espaço e de cenários, juntamente com descobertas de quais plataformas usar, ou como adaptar conteúdo e materiais para aulas online, também foram forçadas a acontecer na mesma velocidade. Temos acompanhado pesquisas com professores e seus testemunhos, desde o início do ensino remoto, e vimos como o início dessa modalidade de ensino trouxe desafios, dificuldades, angústia e insegurança. Contudo, a boa notícia é que o sentimento tem agora mudado para mais confiança em diversos aspectos da profissão.

Uma formação adequada para esses professores, seria o primordial para o desenvolvimento de suas metodologias tendo como principal objetivo o uso de recursos que não faziam parte do seu contexto de trabalho.

Marcelo García (1999, *apud* CARVALHO e ARAÚJO, 2020, p.8) em seu estudo enfatiza que “a formação continuada deve ser coerente com as necessidades formativas dos professores, tanto no aspecto pessoal quanto no profissional, ouvindo os docentes quanto a seus interesses, suas motivações, suas necessidades e suas opiniões”.

Esses pontos nos fazem despertar quanto à relevância de um olhar mais crítico frente aos conhecimentos dos professores durante as trajetórias da sua formação. Todos os estudos relacionados aos docentes, durante esses últimos anos, ocupam um espaço de grande importância em distintas pesquisas voltadas para essa temática. (CARVALHO e ARAÚJO, 2020). No entanto observamos que o avanço no desenvolvimento tecnológico aconteceu, mas não foi seguido adequadamente pela comunidade escolar.

Considerações Conclusivas

Como resultado das grandes transformações ocorridas em consequência da pandemia da COVID-19, as escolas de um modo geral, precisaram se adaptar, mas ainda precisam promover uma formação continuada aos docentes, para que esses professores, tenham um suporte/conhecimento adequado na sua adaptação ao novo modelo de ensino remoto emergencial, com o principal objetivo de dar continuidade às suas aulas e ações educativas, mesmo que online.

Para Freire (2014), o ato de ensinar demanda o exercício da prática docente de uma maneira mais crítica, que sempre exige uma forma de pensar corretamente. Deste modo, a

formação dos educadores, é uma oportunidade fundamental para favorecer o seu pensar reflexivo e crítico acerca da sua prática docente.

Portanto, como os recursos tecnológicos estão sempre em constante atualização, é necessário que esses cursos formativos para os professores sejam ofertados a todo momento para a classe da educação (SANTOS, 2020). Assim, a rotina dos professores e o contexto da sala de aula podem acompanhar de forma satisfatória, as mudanças que acontecem cotidianamente em todo o mundo.

Referências

ALVES, Lynn. Práticas inventivas na interação com as tecnologias digitais e telemáticas: o caso do Gamebook Guardiões da Floresta. *Revista de Educação Pública*, v. 25, p. 574-593, 2016.

ALVES, Lynn. Educação Remota: entre a ilusão e a realidade. *Interfaces Científicas*. Aracajú - SE: Fluxo Contínuo. V.8, N.3, p. 348 – 365, 2020.

BARBERIA, Lorena G.; CANTARELLI, Luiz G. R. SCHMALZ, Pedro Henrique De Santana. *Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do COVID-19*. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo – Brasil.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. *Portaria N° 544, de 16 de Junho de 2020*. Brasília. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer Homologado Parcialmente Cf. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 1º/6/2020, Seção 1, Pág. 32. Parecer CNE/CP n° 9/2020*. Brasília, 2020.

CARVALHO, Eliana Márcia dos Santos; ARAÚJO, Ginaldo Cardoso de. Ensino remoto, saberes e formação docente: uma reflexão necessária. *Revista Cocar*. V.14 N.30 Set./Dez./2020 p. 1-19.

DEMO, Pedro. *Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Atlas, 2009.

EDUCAÇÃO. *Formação de professores é assunto sério antes, durante e pós-pandemia* <<https://revistaeducacao.com.br/2020/10/05/formacao-professores-covid/>> Redação, 5 de Outubro de 2020. Acesso: 26 de Maio de 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

LEITE, Nahara Morais, LIMA, Elidiane Gomes Oliveira de, CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. Os professores e o uso de tecnologias digitais nas aulas remotas emergenciais, no contexto da pandemia da covid-19 em Pernambuco. Pernambuco – PE: *Em teia - Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana* – vol. 11 - número 2, 2020.

LIMA, Edilma Machado de. *Formação de professores para a fluência tecnológica assistiva no curso de pedagogia*. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

SANTOS, Keila Mendes dos. A AULA NÃO É MAIS PRESENCIAL, E AGORA? Tecnologias e experiências docentes em tempos de COVID-19. *EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana* – vol. 11 - número 2 – 2020.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*. v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. p. 143-155.

SAVIANI, Dermeval. *A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas*. [livro eletrônico] – Campinas, SP: Autores Associados, 2019.